



B1

ISSN: 2595-1661

ARTIGO DE REVISÃO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



O papel do docente e da gestão escolar: promovendo a inclusão e a diversidade

The role of teachers and school management: promoting inclusion and diversity

DOI: 10.55892/jrg.v8i18.2012

ARK: 57118/JRG.v8i18.2012

Recebido: 20/03/2024 | Aceito: 08/04/2025 | Publicado *on-line*: 09/04/2025

Cleide Barbosa Santos¹

<https://orcid.org/0009-0009-4284-6032>

<http://lattes.cnpq.br/9667703347887533>

Centro Universitário de Goiás - UNIGOIAS, GO, Brasil

E-mail: cleidebs25@gmail.com

Luciani Costa Batista²

<https://orcid.org/0000-0002-5325-7980>

<http://lattes.cnpq.br/0621923604087895>

Centro Universitário de Goiás, UNIGOIAS, GO, Brasil

E-mail: lucianicom20@gmail.com

Antônio Adônnis Sátiro de Souza³

<https://orcid.org/0000-0001-7147-8093>

<http://lattes.cnpq.br/3701750444824795>

Miami University of Science and Technology, FL, USA.

E-mail: esp.satiro@gmail.com



Resumo

Este artigo explora a inclusão e a diversidade na educação, destacando o papel do pedagogo e da gestão escolar para analisar as práticas inclusivas e políticas de diversidade, examinando a importância dos profissionais na promoção de uma educação equitativa para indivíduos com necessidades específicas. Este estudo considerará as pesquisas de Sassaki (2005, 2006), assim como as reflexões de Mantoan (2003, 2013), Menezes (2012) e Freire (2001, 2005, 2008) aplicando métodos de pesquisa de Gil (2002) e Lakatos & Marconi (2021). A partir dessa discussão, será avaliada a evolução do sistema de educação pública do Brasil, impulsionada pela luta das pessoas com deficiência e pela implementação de leis que asseguram a inclusão, acesso e permanência e o aprendizado de alunos com deficiência nas salas de aula convencionais. utilizando a pesquisa bibliográfica e a pesquisa booleana por meio do Google Acadêmico, para o atingimento dos objetivos. O artigo compreende estudos que reforçam que a escola deve representar um ambiente inclusivo não apenas em sua estrutura física, mas também em suas práticas pedagógicas. Para alcançar esse objetivo, os estudos apontam que é necessário investir na constante formação dos professores. Conclui-se com o estudo que é observado com frequência um aumento da carga de responsabilidade dos docentes

¹ Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Tecnóloga em Secretariado Executivo.

² Graduação em Pedagogia, Licenciatura.

³ Graduação em Ciências Sociais. Licenciatura em Pedagogia e Filosofia. Especialista em Psicopedagogia. Especialista em Metodologias e Gestão para Educação a Distância. Especialista em Alfabetização, Letramento e Educação Infantil. Especialista em Gestão Educacional. Mestrado em Educação. *Master of Science in Emergent Technologies in Education.*

diante das demandas da inclusão educacional. O Brasil tem desenvolvido estratégias que valorizam e beneficiam os estudantes e suas singularidades, porém é evidente que há diversos outros aspectos relacionados a essa questão que requerem atenção especial, isto posto, o trabalho em questão apresenta questões relacionadas ao acesso à inclusão através de legislações específicas em um olhar atento à inclusão tratando os estudantes como sujeitos de direito e leva a escola a repensar a inclusão como práxis pedagógica.

Palavras-chave: Inclusão. Diversidade. Gestão Escolar. Pedagogo. Educação Inclusiva.

Abstract

This article explores inclusion and diversity in education, highlighting the role of the pedagogue and school management in analyzing inclusive practices and diversity policies, examining the importance of professionals in promoting equitable education for individuals with specific needs. This study will consider the research of Sasaki (2005, 2006), as well as the reflections of Mantoan (2003, 2013), Menezes (2012) and Freire (2001, 2005, 2008) applying research methods of Gil (2002) and Lakatos & Marconi (2021). From this discussion, the evolution of Brazil's public education system will be evaluated, driven by the struggle of people with disabilities and the implementation of laws that ensure inclusion, access, permanence, and learning of students with disabilities in conventional classrooms. Using bibliographic research and Boolean research through Google Scholar, to achieve the objectives. The article includes studies that reinforce that the school should represent an inclusive environment not only in its physical structure but also in its pedagogical practices. To achieve this goal, the studies point out that it is necessary to invest in the constant training of teachers. It is concluded with the study that an increase in the load of responsibility of teachers is frequently observed in the face of the demands of educational inclusion. Brazil has developed strategies that value and benefit students and their singularities, however, it is evident that there are several other aspects related to this issue that require special attention, that said, the work in question presents issues related to access to inclusion through specific legislation in a careful look at inclusion treating the students as subjects of law and leads the school to rethink inclusion as pedagogical praxis.

Keywords: Inclusion. Diversity. School management. Pedagogue. Inclusive education.

1. Introdução

Numa sociedade em constante transformação, é essencial que os docentes e a gestão escolar busquem métodos de ensino inovadores para promover uma educação significativa e de fato inclusiva, valorizando a diversidade e buscando garantir igualdade de oportunidades. No entanto, é crucial notar que a realidade das escolas brasileiras está longe da teoria, sobretudo nos últimos anos, pois a quantidade de crianças identificadas com necessidades especiais tem aumentado a cada ano. No passado, as pessoas com deficiência não possuíam acesso completo à educação formal ou, na melhor das hipóteses, apenas acesso parcial. Com o avanço dos direitos humanos, surgiu uma nova perspectiva de inclusão e diversidade, que defende que quaisquer estudantes têm o direito de frequentar, aprender e participar ativamente na mesma classe, sem qualquer forma de discriminação, com os outros aprendentes.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação inclusiva traz oportunidades que têm como ponto de partida a consideração dos alunos e suas particularidades. Com isso, a BNCC expandiu as possibilidades para que as escolas busquem novos caminhos rumo a uma educação para todos. Segundo os autores, Silva; Viana; Moraes (2020), fica claro que essas políticas estão se tornando mais comuns com base nas leis vigentes, nos documentos produzidos e nos projetos que estão sendo implementados nos níveis federal, estadual e municipal.

A inclusão escolar e a diversidade continuam sendo um fator limitante para a maioria das instituições de ensino no Brasil, diversos problemas como o acesso, os recursos educacionais inclusivos, falta de dinâmica estrutural e formação de professores são comuns na maioria dos espaços escolares, e isso dificulta o processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades especiais. A instituição escolar acolhe, integra e promove o progresso dos estudantes em todas as áreas do conhecimento (Carvalho; Lopes, 2020). É esperado, portanto, que as escolas regulares se adaptem para atender de forma equitativa às necessidades de todos os alunos (Santos; Marques; Nascimento, 2018).

Este artigo busca analisar a relevância da inclusão e da diversidade no contexto educacional, com foco na atuação do pedagogo e da gestão escolar. Para tanto, serão abordados conceitos, teorias e práticas de inclusão e de diversidade a necessidade de um espaço educativo seguro e livre de discriminação, além de discorrer o papel dos educadores, em especial dos pedagogos, e da gestão escolar no fomento de uma educação equitativa. Seguiremos uma abordagem qualitativa, baseada em fontes bibliográficas relevantes, para analisar a evolução dos desafios da inclusão na educação, os progressos alcançados e os direitos garantidos para efetivar a equidade e o respeito às diferenças individuais, tomando por problematização qual seja, identificar a perspectiva da gestão escolar para a inclusão e quais as intervenções podem ser realizadas para estudantes com necessidades especiais no ensino regular.

2. Metodologia

A metodologia adotada neste artigo científico inclui uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório quanto aos objetivos, utilizando busca *booleana* no Google Acadêmico. Nessa perspectiva, autores como Gil (2002), entendem que a pesquisa bibliográfica consiste na leitura, análise e interpretação de materiais impressos, tais como livros, documentos [...] periódicos, manuscritos, entre outros, para embasar a análise e responder à problemática de pesquisa. Dessa maneira, será investigada a trajetória histórica dos desafios relacionados à inclusão no campo educacional, os avanços conquistados e os direitos assegurados para fomentar a equidade na convivência, levando em consideração as particularidades e necessidades individuais, conforme estabelecido pela legislação em vigor.

Nesse sentido, com o intuito de embasar e apoiar a abordagem utilizada neste estudo, serão tomadas como base as investigações descritas nos métodos de Gil (2022), Lakatos e Marconi (2021) para dar rumo às metodologias de pesquisa; Segmentar-se-á na sequência sob as reflexões de Mantoan (2003) acerca da inclusão, apoiada nas considerações de Menezes (2012) acerca do papel dos educadores nas instituições de ensino que concatenadas à concepção de Freire (2008), ao aduzir que a proposta de inclusão e de uma educação básica de qualidade para todos os educandos são soluções para o revés da exclusão educacional.

Com isso compreende-se que a partir da leitura do contexto histórico e da interlocução com a realidade contemporânea, é o método dialético apresentado por Tozoni-Reis (2020), que é empregado na busca de evidenciar o objeto de estudo, uma

vez que serão abordados o contexto histórico e a descrição da realidade e compreensão de práticas contemporâneas para responder a pergunta de pesquisa.

3. O papel do pedagogo na gestão escolar

3.1 Conceitos e fundamentos teóricos

Embora os primeiros passos rumo à inclusão tenham sido dados nos anos de 1980, foi na década de 1990 que a comunidade educacional percebeu a importância de promover uma escola verdadeiramente acessível a todos (Sasaki, 2006). Nesse contexto, ao longo da década de 1990, houve encontros e acordos internacionais de grande impacto, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, em 1990, e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), assinada na Espanha em 1994. Outrossim, esses acontecimentos representaram marcos significativos em prol da Educação Inclusiva em âmbito global. A inclusão de pessoas com deficiência na educação tem sido cada vez mais destacada, ressaltando a necessidade de escolas acolhedoras e inclusivas frente às diversas realidades. O modelo educacional tradicional, baseado na transmissão de conhecimento, está evoluindo para um modelo inclusivo. A aceitação das singularidades, valorização da contribuição de cada um e a cooperação no processo de aprendizagem são princípios fundamentais nesse novo cenário. A ideia de inclusão no campo educacional, conforme Sanchez, está em constante desenvolvimento.

Sánchez (2005, p. 95), diz que “a filosofia da inclusão preconiza uma educação eficaz para todos, baseada no princípio de que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem atender às necessidades de todos [...] independentemente de suas características pessoais, psicológicas ou sociais (ter ou não deficiência)”. O objetivo é criar uma base para “[...] educar com sucesso a diversidade de seus alunos e contribuir para a eliminação da vasta desigualdade e injustiça social”.

Portando, a responsabilidade de garantir a inclusão de todos os indivíduos na educação cabe à instituição de ensino, que deve promover a percepção de igualdade de direitos entre as pessoas. Além das deficiências, a inclusão também abrange estudantes marginalizados, com condições de saúde específicas, nômades, étnicos e vulneráveis. A influência das leis de inclusão na história da sociedade foi significativa para mudar a educação, mas é necessário compreender a diversidade para efetivar práticas inclusivas.

O ambiente escolar é reconhecido como um local diversificado e repleto de singularidades, onde diferentes trajetórias se encontram. Dessa forma, estimula a interação e a valorização da diversidade, tornando-se um espaço propício para o aprendizado de convivência e respeito por meio de diálogos práticos. Conforme afirmação de Miranda; Galvão Filho, (2012), a inserção de indivíduos com incapacidades exige uma análise das metodologias educativas empregadas, levando em consideração as necessidades específicas de cada um e adequando as linguagens, discursos, práticas e ambientes relacionais. Incluir não é apenas marcar presença - é necessário adotar uma atitude proativa e valorizar a diversidade significa acolher e edificar.

Conseqüentemente, para favorecer uma cultura educacional inclusiva e diversificada, é fundamental promover ativamente essa mentalidade em todas as instâncias institucionais, seja nas salas de aula ou em atividades educativas. A colaboração entre gestores e pedagogos é essencial para implementar medidas que promovam a inclusão e diversidade, de acordo com as leis vigentes. E a elaboração

do currículo escolar realizado/aplicado pelo professor de referência, deve estar alinhada com as diretrizes estabelecidas, buscando criar um ambiente propício para a aprendizagem com foco na pluralidade social. É possível ver que os avanços tecnológicos têm facilitado o acesso à informação, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico e participativo e as ferramentas digitais também promovem a interação entre alunos e professores, permitindo uma maior troca de conhecimentos e experiências. Como resultado, a educação tem progredido em direção a uma abordagem mais inclusiva e acessível, beneficiando um número crescente de indivíduos em todo o mundo.

3.2 Políticas Públicas para a Inclusão e Diversidade na Educação

A inclusão na educação visa assegurar a participação dos educandos em massa, este movimento se iniciou nos países mais desenvolvidos na década de 1980 e se espalhou para os países em desenvolvimento nos anos 1990, ganhando força globalmente nos primeiros anos do século 21. Preconiza a Lei n.º 13.005 de março de 2015 - Plano Nacional de Educação (PNE), para que os educandos sejam matriculados, prioritariamente, nas instituições de ensino regulares, cabendo à estas escolas proporcionarem esse sistema inclusivo para eles.

No nosso país, a Educação Inclusiva tem suas raízes na Declaração de Salamanca de 1994, o que resultou na implementação de políticas voltadas para essa direção no decorrer dos anos 2000. A premissa da educação inclusiva é promover a igualdade no ensino e reconhecer as diferenças como traços inerentes a cada indivíduo. Tratados e declarações ressaltaram a importância da inclusão, para impulsionar o desenvolvimento dos educandos com necessidades educacionais especiais com o auxílio de abordagens e recursos especializados. Já a Educação Especial, modalidade de ensino inserida no contexto escolar, é organizada para promover a integração gradativa entre teoria e prática do ensino com ênfase na inclusão educacional, respeitando as leis e princípios éticos estabelecidos. Vejamos alguns dos marcos históricos para a educação Especial e Inclusiva:

- **1961** - Lei n.º 4.024/61 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamentava o atendimento educacional às pessoas com deficiência, à época chamados de “excepcionais”.
- **1971** - Lei n.º 5.692/71 - A segunda LDB nasceu durante a ditadura militar (1964-1985) e revogou a anterior. Segundo o texto, os estudantes com “deficiências físicas ou mentais, e/ou com atraso significativo em relação à idade regular de matrícula e os superdotados receberão tratamento especial”.
- **1988** - Constituição Federal, art. 208 - trata da Educação Básica, obrigatória e gratuita, dos 4 aos 17 anos; prevê que é dever do Estado assegurar “atendimento educacional especializado aos indivíduos com deficiência, de preferência, na rede regular de ensino”.
- **1989** - A Lei n.º 7.853/89, determina a necessidade de incluir as escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional, e a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.
- **1990** - Lei n.º 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante diversos direitos às crianças com deficiência: matrícula escolar, preferivelmente, na rede regular de ensino.

- **1994** - Declaração de Salamanca - Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) redigida durante a Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca (Espanha), que aborda os fundamentos, diretrizes e condutas em relação às demandas educacionais especiais. Na perspectiva da "educação acessível a todos".
- **1996** – Lei n.º 9.394/96 – é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que está em vigor conhecida como lei Darcy Ribeiro, seu relator, assegura que “haverá, quando indispensável, serviços de suporte especializado, na rede regular de ensino, para atender às especificidades das pessoas atendidas pela Educação Especial”.⁴
- **1999** – Convenção da Guatemala - Reafirma a equidade dos "direitos humanos e das liberdades fundamentais de todas as pessoas". Declara que qualquer distinção que vise à discriminação com base na deficiência é inaceitável.
- **2001** – Resolução CNE/CEB n.º 2 - Institui Diretrizes Nacionais para a inclusão da Educação Especial no ensino básico. "Deixa a cargo das escolas a responsabilidade de organizar a assistência a todos e todas que possuem especificidades especiais, garantindo as condições fundamentais para uma educação de excelência", sempre que for comprovada a necessidade.
- **2007** – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – aborda a infraestrutura das instituições escolares no tange à acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de multifuncionais.
- **2011** - Decreto n.º 7.611/11 - Revoga o decreto Nº 6.571/2008 e estabelece novas diretrizes para com a Educação Especial. Determina a adoção do modelo educacional inclusivo e que o aprendizado seja realizado de maneira contínua ao longo da vida, proibindo qualquer forma de exclusão baseada em alegações de deficiência.
- **2012** - Lei n.º 12.764/12 - institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- **2014** - Plano Nacional de Educação (PNE): Meta 4 - visa garantir o direito à educação básica e atendimento especializado para cidadãos de 4 a 17 anos com deficiência e habilidades avançadas. Isso inclui acesso a salas multifuncionais e serviços especializados tanto na rede pública quanto privada.
- **2015** - Declaração de Incheon (2015) – Fórum Mundial de Educação, em Incheon, na Coreia do Sul – documento assinado pelo Brasil, no qual se compromete a assegurar uma Educação Inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagens ao longo da vida para todos.

3.3 O Papel do Docente na Promoção da Inclusão e da Diversidade

Segundo Mantoan (2003), a educação é vista como um modelo de crenças, valores e princípios compartilhados por um grupo de pessoas, que acabam evidenciando a necessidade de mudanças ao não conseguirem resolver os problemas existentes. De acordo com a autora, se os métodos de ensino não forem alterados, os conhecimentos adquiridos na escola não serão aplicados e os anos de estudo não

⁴ Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192

agregarão valor, visto que os sistemas educacionais permanecem divididos entre o ensino regular e especial, em vez de promover uma educação direcionada para a cidadania global, inclusiva, livre de preconceitos e que valorize as diferenças. Ao não diferenciar entre os processos de integração e inclusão escolar, perpetuamos o paradigma tradicional.

Ao abordar os fundamentos teóricos discutidos das políticas públicas na área da educação especial, Aranha (2004) apontou obstáculos decorrentes das orientações políticas estabelecidas pelo governo federal e estes obstáculos estão relacionados à falta de conhecimento da legislação, à ausência de acompanhamento das atividades executadas pelo município, e à exigência de formação contínua e cooperação entre docentes regulares e especializados.

Atualmente, muitos pedagogos enfrentam desafios ao lidar com educandos que possuem algum tipo de diagnóstico, e essa situação tem se tornado mais comum a cada ano. Diante desse cenário, as escolas precisam se adaptar, tanto na maneira de ensinar quanto na postura diante das transformações na sociedade. Muitos professores se sentem menos preparados para lidar com essas demandas, o que acaba gerando uma divisão entre os docentes da educação regular e da educação especial.

No entanto, a educação não deve ser segmentada, uma vez que todos têm direito a uma educação de qualidade. Na visão da autora,

[...] A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, [...] a inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando. [...] a escola não pode continuar ignorando o que acontece à sua volta nem pode anular e marginalizar as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos. (Mantoan, 2003 p.12).

Nesse sentido, o papel do pedagogo como facilitador enfrenta novos desafios nos dias de hoje, demandando flexibilidade e um constante desejo por aprendizado a fim de garantir uma educação de excelência para todos os estudantes. A inclusão de alunos com necessidades especiais exige dos docentes criatividade e abertura, levando-os a repensar suas estratégias para inspirar e envolver os estudantes na busca pelo saber. As transformações contínuas no mundo requerem uma reformulação do sistema educacional, englobando não apenas o ensino em si, mas também o apoio e preparo dos educadores para uma abordagem inclusiva e equitativa.

De acordo com Freire,

[...] ensinar exige rigor metodológico, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, a solidificação das palavras pelo exemplo, risco, aceitação do novo e rejeição a toda e qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, o reconhecimento e assunção da identidade cultural. Ensinar não é transferir conhecimento, exige consciência do inacabado, reconhecimento do ser do educando, bom senso humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores, apreensão da realidade, alegria e esperança, convicção de que a mudança é possível... (Freire, 2008, p. 281).

O estudo realizado por Cunha e Azevedo (2008) destaca a importância das escolas como locais destinados ao fomento das habilidades de convivência com a diversidade. No entanto, ressaltam que a situação das instituições de ensino e dos programas educacionais muitas vezes não segue esse princípio, pois o currículo, como ferramenta de influência social, pode ampliar ou solidificar as desigualdades sociais. Já a educação tradicional não promove a autonomia das crianças e nem oferece um ambiente propício para o desenvolvimento e aprendizagem adequados. A falta de adaptação às mudanças constantes da sociedade, incluindo o uso da tecnologia, pode levar à desmotivação e à evasão escolar.

Por isso, é essencial introduzir métodos inovadores no processo de ensino, visando criar uma educação mais inclusiva e equitativa. Rapoli (2010) defende que é fundamental que o currículo propicie liberdade de expressão aos aprendentes e os envolva de maneira crítica na definição de um sistema mais flexível e participativo. Enquanto isso, a gestão escolar, juntamente com a colaboração entre escola, família e comunidade, desempenha um papel fundamental nesse cenário, impulsionando transformações imprescindíveis para assegurar um ensino de excelência e alinhado com as demandas da sociedade contemporânea. A perspectiva de gestão participativa, tal como defendida por Rapoli (2010), é crucial para envolver todos os atores na definição de diretrizes e fomentar uma aprendizagem mais integrada e eficiente.

3.4 Gestão Escolar Inclusiva e Equitativa

A Gestão Escolar tem papel fundamental na promoção da inclusão e diversidade no ambiente educacional. E a função primordial da instituição escolar consiste em instruir e orientar os discentes no intuito de que alcancem um desenvolvimento pleno como sujeitos e membros ativos da sociedade, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Nesse sentido, é fundamental que os estudantes enxerguem o ambiente educacional como um espaço propício para o debate e como um direito social para explorar a convivência democrática e a diversidade. A inclusão de indivíduos com deficiência requer uma reavaliação das práticas pedagógicas empregadas, levando em consideração as necessidades específicas de cada um e adaptando as abordagens utilizadas (Miranda; Galvão Filho, 2012).

Embora os primeiros passos rumo à inclusão tenham surgido na década de 1980, foi nos anos 90 que a comunidade educacional percebeu a necessidade de promover uma educação de qualidade e verdadeiramente acessível a todos (Sasaki, 2006). Durante esse período, foram realizados encontros e acordos internacionais de grande relevância, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtiem, Tailândia, em 1990, e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), firmada na Espanha em 1994. Estes acontecimentos representaram marcos importantes em prol da Educação Inclusiva em escala global, ressaltando a importância de escolas acolhedoras e inclusivas diante das diversas realidades contemporâneas.

Segundo Werneck (1997), a educação inclusiva precisa eliminar barreiras, garantindo total acessibilidade para indivíduos com necessidades especiais nas escolas (1997, p.45). É fundamental um projeto educacional que promova igualdade e qualidade, respeitando a diversidade, conforme estabelecido nos artigos 26A e 79B

da LDB. As escolas inclusivas trazem benefícios, como a interação social entre crianças com deficiência.

O artigo 205 da Constituição Federal (CF1988) assegura o direito à educação com o propósito de promover o pleno desenvolvimento do indivíduo, sua preparação para a vida em sociedade e sua inserção no mercado de trabalho e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Básica ressalta a necessidade de reconhecer as diversidades e singularidades do outro, influenciando nas ações e comportamentos no convívio social e familiar, sendo assim o professor e aluno precisam estar conectados à necessidade de desenvolver-se para a vida e não apenas para a sala de aula, de modo que a escola seja um braço para além dos muros da escola, e que os muros da escola não sejam limitantes neste processo de inclusão.

Assim, se de fato, os desafios são superados pelos próprios membros da sociedade por meio da utilização de suas táticas, a administração de seus desentendimentos e, principalmente, através das etapas de educação que permeiam toda a ação coletiva dentro desse contexto, as intervenções governamentais têm como aspecto crucial criar e modificar os domínios de significado [...]. (Muller; Surel, 2002, p. 28), e nesse sentido, os ambientes educacionais inclusivos e diversificados se tornam essenciais para potencializar as habilidades sociais, cognitivas e emocionais dos educandos, adaptando técnicas e recursos didáticos para atender diferentes formas de aprendizagem.

É importante que as instituições de ensino criem espaços acessíveis e acolhedores, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades de se desenvolver plenamente. A tabela a seguir apresenta alguns dos principais obstáculos percebidos pelos autores, formatados para ilustrar a necessidade do abraço a diversidade desde a educação infantil.

Tabela 1: Políticas e Práticas de Inclusão

Alguns obstáculos à educação inclusiva:	Alguns benefícios de abraçar à diversidade cultural desde a primeira infância:
<ul style="list-style-type: none"> - Postura negativa em relação às deficiências; - Políticas públicas; - Custo e acessibilidade física; - Tamanho da turma/número de alunos; - Sexismo; - Dependência da criança pelos responsáveis; - Pobreza. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma percepção realista do mundo; - Aumentar a empatia; - Melhora as habilidades de socializar; - Desenvolver a capacidade de resolver problemas de forma criativa e respeitosa; - Eliminar o preconceito; - Desenvolver a criticidade; - Ser autoconsciente; - Reduzir incidentes de assédio.

Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado de: Muller; Surel, (2002, p. 28).

3. Resultados e Discussão

Partindo do detalhamento dos objetivos propostos, quais sejam: a) identificar os desafios enfrentados por educadores e instituições de ensino na promoção de uma educação inclusiva e diversificada; b) analisar a evolução social das pessoas com deficiência em busca de inclusão e c) compreender o papel das escolas na oferta de educação especializada para indivíduos com necessidades específicas, tem-se a análise posta:

- 1) O artigo discute a evolução das políticas públicas para a inclusão e diversidade na educação, destacando o papel do professor na promoção desses aspectos. Ele traça a história da educação inclusiva desde seus inícios nos países desenvolvidos na década de 1980 até sua disseminação para os países em desenvolvimento na década de 1990 e seu fortalecimento global nos primeiros anos do século 21. Atendendo o primeiro objetivo.
- 2) Verifica-se que o texto também descreve o arcabouço legal que apoia a educação inclusiva no Brasil, começando com a Declaração de Salamanca em 1994, que levou à implementação de políticas nessa direção na década de 2000, além de listar várias leis e decretos que foram promulgados ao longo dos anos para garantir a inclusão de estudantes com necessidades especiais nas escolas regulares. Atende-se, portanto o segundo objetivo.
- 3) O terceiro objetivo, desponta através da discussão do papel do professor na promoção da inclusão e diversidade perpassando o segundo objetivo antes descrito. O texto cita Mantoan (2003), que argumenta que se os métodos de ensino não forem alterados, o conhecimento adquirido na escola não será aplicado e os anos de estudo não agregarão valor. Isso ocorre porque os sistemas educacionais permanecem divididos entre o ensino regular e especial, em vez de promover uma educação voltada para a cidadania global, de fato inclusiva e especializada livre de preconceitos e que valorize as diferenças.

O texto também menciona os desafios enfrentados por muitos professores ao lidar com estudantes que têm algum tipo de diagnóstico. Ele enfatiza que a educação não deve ser segmentada, pois todos têm direito a uma educação de qualidade. E nessa perspectiva satisfaz os objetivos da proposta de trabalho nesta pesquisa.

4. Considerações Finais

Diante do exposto, vimos que a educação desempenha um papel crucial na socialização e transformação cultural, promovendo valores morais e éticos aos alunos. A diversidade não se limita às diferenças, sendo indispensável que os profissionais da educação adotem práticas inovadoras para assegurar o direito à diversidade, incentivando os alunos a criarem suas identidades e competências para transformar positivamente a sociedade. Neste estudo, foram identificadas ações positivas em relação ao cumprimento das leis, à inclusão escolar e ao apoio contínuo e treinamento para os educadores. Nessas iniciativas, foi constatado o respeito aos direitos estabelecidos pela legislação em relação à matrícula na educação regular. Os resultados também mostraram a adoção dos requisitos de acessibilidade e a disponibilização de suporte técnico especializado, em conformidade com as diretrizes das políticas inclusivas. Esses aspectos evidenciaram o comprometimento dos diretores escolares com as diretrizes governamentais relacionadas às políticas de educação especial (MEC/SEESP, 2007).

Vimos também, que o pedagogo desempenha um papel imprescindível na sua área de atuação. Além de criar ambientes de aprendizagem inclusivos, ele implementa instruções diferenciadas e colabora com as famílias, formando cidadãos conscientes, respeitosos e críticos. Promovendo a quebra de preconceitos sociais, incentivando a

aprendizagem colaborativa e permitindo que estes educandos se sintam acolhidos e motivados a desenvolverem seu potencial.

Neste sentido, vimos que os desafios enfrentados por pedagogos e gestores escolares são variados, principalmente no âmbito da educação pública. A falta de investimentos, a ausência de valorização do trabalho e a infraestrutura precária das escolas são alguns dos elementos que impactam negativamente no desenvolvimento, resultando em desânimo tanto nos alunos quanto em seus responsáveis. Assim sendo, é fundamental identificar, juntamente com toda a equipe escolar, os obstáculos que dificultam a participação dos alunos e, assim, superá-los.

Para que a inclusão educacional e a valorização da diversidade sejam eficazes, é preciso realizar alterações na estrutura do sistema educacional, colocando a diversidade humana como prioridade. Os órgãos responsáveis devem investir de forma contínua, oferecer constante capacitação aos professores e garantir uma infraestrutura adequada. Por sua vez, a escola desempenha um papel essencial na formação cidadã, vencendo obstáculos, preparando os estudantes para suas carreiras, promovendo a integração entre disciplinas e adotando medidas para garantir a continuidade dos estudos. Ações educativas, envolvimento dos pais são pilares fundamentais nesse processo. É crucial que os alunos tenham acesso às informações sobre o mercado de trabalho e às políticas públicas atuais para que consigam se desenvolver plenamente.

Referências

Aranha, M. S. F. **Educação inclusiva: transformação social ou retórica**. In: OMOTE, S. (Org.). *Inclusão: intenção e realidade*. Marília, SP: FUNDEPE, 2004.

Azevedo, M. A. R. De; Cunha, G. R. da. **Gestão Escolar e Educação Inclusiva**. *Educação: Teoria e Prática*, [S. l.], v. 18, n. 31, p. 53, 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/2204> . Acesso em: 03 mar. 2024.

Barreto, Maria Ângela de Oliveira C.; Barreto, Flávia de Oliveira C. **Educação inclusiva**. São Paulo/SP: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536510231. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536510231/> . Acesso em: 09 abr. 2024.

Bertaglia, Bárbara. **Uma a cada 36 crianças é autista, segundo CD, autismo e realidade**, 2023. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2023/04/14/uma-a-cada-36-criancas-e-autista-segundo-cdc/> . Acesso em: 06 mar. 2024.

Beyer, Hugo Otto. **A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial**. *Revista inclusão*, v. 2, 8-12. 2007.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

Brasil. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Estabelece a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, reúne as regras de proteção e aborda outros assuntos. Brasília: MEC, Seesp, 2004, p. 249-269.

Brasil. **Declaração de Salamanca**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 25 set. 2023

Brasil. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade - MEC**. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/index> . Acesso em: 31 mar. 2024.

Brasil. Lei Federal nº 4024/61. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1961.

Brasil. Lei Federal nº 5692/71. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1971.

Brasil. Lei Federal nº 9394/96. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1996.

Brasil, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> . Acesso em 23 mar. 2024.

Brasil, Lei nº 12.764/2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. **Censo Demográfico de 2020** e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, 2019.

Brasil. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. **Guatemala**: 2001.

Brasil. **Parâmetros Curriculares Nacionais/PCN**: Estratégias para a Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 1999.

Brasil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

Campos, Casemiro de Medeiros. **Gestão escolar e docência**, 4ª ed. São Paulo: Editora Paulinas, 2015.

Carvalho, J. S.; Lopes, I. **Educação inclusiva: reflexões sobre avanços e desafios**. Revista Científica Educação, v. 4, n. 7, p. 825-834, 2020.

Deslandes, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **A construção do projeto de pesquisa** [recurso eletrônico]. Pesquisa Social. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80p.

Diniz, Débora; Munhoz, Ana Terra Mojia. **Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica**. Revista Argumentum, Vitória, ano 3, n.3, v. 1, p.11-28, jan./jun. 2011.

Ferreira, Windyz B. **Inclusão X exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca**. In: David Rodrigues (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Editorial Summus, 2006.

Figueiredo, Rita Vieira De (org). **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. Brasília, DF Fortaleza, CE: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial Universidade Federal do Ceará, 2010. 10 v.

Fórum Mundial de Educação 2015. **Declaração de Incheon. Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos**. UNESCO/UNICEF. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330730/2015_declaracaodeincheoneducacao2030rumoaumaeducacaodequalidadeinclusivaeequitativaeeeducacaoaolongodaavidaparatodos.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 2008.

Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo. Paz e Terra, 2005.

Freire, Paulo. **A Importância Do Ato De Ler**. Autores Associados: Cortez, São Paulo, 2001.

Freitas, S.N. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. In: RODRIGUES, D (Org.). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

Gil, Antônio Carlos. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Barueri. SP: Grupo GEN-Atlas, 2021.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 7ª Ed. - São Paulo. Atlas, 2022.

Gusmão, Neusa M. M. **Desafios da Diversidade na Escola**. Revista Mediações, Londrina, v.5, n.2, p.9-28, 2000. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/janeiro2014/otp_artigos/desafios_diversidade_esc.pdf . Acesso em: 03 fev.2024.

Lakatos, Eva Maria. Marconi; Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9ª ed. - São Paulo: Atlas, 2021.

Libâneo, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática** São Paulo: Editora Heccus, 2014.

Mantoan, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª Edição. São Paulo: Moderna, 2003.

Mantoan, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas: O direito a diferença na igualdade de direitos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Menezes, A. R. S. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** Dissertação de Mestrado, UERJ, 2012.

Mittler, Peter. **Educação Inclusiva**. Porto Alegre – PR. Artmed, 2007. Grupo A, 2015.

Miranda, Theresinha Guimarães; Galvão Filho, Teófilo Alves. (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA.2012.

Noquele, Adriana; SILVA, A. P. S. R. **Educação Inclusiva e o Processo de Ensino-Aprendizagem**. Disponível em: https://www.pedagogia.com.br/artigos/educacao_inclusiva_processo/index.php?pagina=4 . Acesso em 03 fev.2024.

Organização dos Estados Americanos, (OEA), 1999. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: OEA,1999.

Ropoli, Edilene Aparecida; Mantoan, Maria Teresa Eglér; Santos, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; Machado, Rosângela. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. v. 1. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43213> . Acesso em 30 mar. 2024.

Ramos, Rossana. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para a Educação Inclusiva**. 3ª ed. São Paulo: Summus, 2016.

Sánchez. Pilar Arnaiz. **Educação inclusiva: construindo escolas para todos no século XXI**. In: INCLUSÃO - Revista da Educação Especial - Out/2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf> . Acesso em 27 mar. 2024.

Santos, A. M. M.; Marques, J. L. P. T.; Nascimento, K. C. S. **Educação inclusiva: Avanços e Desafios do Atendimento Educacional Especializado**. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT. Sergipe, v. 4, n. 3, p. 153, 2018. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/5086> . Acesso em 11 abr.2024.

Santos, J. A. dos; Melo, J. da S.; Ferreira, E. de N. M. **Formação de professores e a Educação Inclusiva. Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1–11, 2023.

Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/11439>. Acesso em: 31 mar. 2024.

Sassaki, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

Sassaki, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. *Revista da Educação Especial*, 19-23, 2005.

Silva, Ana Paula Mesquita. Arruda, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar**. *Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014*. Disponível em: https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf. Acesso em: 06 mar. 2024.

Tonini, A.; Costas, F. A. T. **Escola inclusiva: o desvelar de um espaço multifacetado**. *Revista Educação Especial*, [S. l.], n. 26, p. 61–74, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4399>. Acesso em: 15 mar.2024.

Tozoni-Reis, M.F.C. **O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em Educação**. *Revista Simbio-Logias*. v12, n.17. Ano 2020. Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/o_metodo_materialista_historico_e_dialetico.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024.

UNESCO/1994. **Declaração de Salamanca e Estratégias sobre as Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MJ/CORDE, 1994.